

VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

**DIREITOS HUMANOS E EFETIVIDADE:
FUNDAMENTAÇÃO E PROCESSOS
PARTICIPATIVOS II**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direitos humanos e efetividade: fundamentação e processos participativos II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Daize Fernanda Wagner; Regina Vera Villas Boas. – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-152-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito Governança e Políticas de Inclusão

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos humanos e efetividade. 3. Fundamentação e processos participativos. VIII Encontro Virtual do CONPEDI (2; 2025; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS HUMANOS E EFETIVIDADE: FUNDAMENTAÇÃO E PROCESSOS PARTICIPATIVOS II

Apresentação

Apresentação

O VIII Encontro Virtual do CONPEDI foi realizado nos dias 24 a 28 de junho de 2025 de maneira remota e síncrona, congregando pesquisadores de todas as áreas do Direito em nosso país. A partir da temática geral do evento, “Direito, governança e políticas de inclusão”, pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação e graduação em Direito puderam socializar suas pesquisas e participar de discussões avançadas em diferentes grupos de trabalho (GT).

O GT Direitos Humanos e Efetividade: fundamentação e processos participativos II foi coordenado pelos professores Regina Vera Villas Boas (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP), Marcos Leite Garcia (Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI) e Daize Fernanda Wagner (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC). Buscou promover o debate acerca das pesquisas desenvolvidas ou em desenvolvimento nos programas de pós-graduação e na graduação em Direito que abordam, sob diferentes enfoques, a efetividade dos direitos humanos e seus desafios.

Os artigos reunidos neste GT propõem uma reflexão teórico-crítica aprofundada sobre a efetividade dos direitos humanos no direito brasileiro contemporâneo, explorando suas fundamentações e a imperiosa necessidade de processos participativos para a sua concretização. Em um cenário global e nacional marcado por profundas transformações políticas, econômicas, sociais e ambientais, a mera existência de normas protetivas mostra-se

impostos por modelos de governabilidade excludentes e, em contrapartida, analisam o potencial transformador de diversas formas de participação social e jurídica.

Boa leitura!

Regina Vera Villas Bôas, bi-doutora em Direito Privado e em Direitos Difusos e Coletivos (PUC/SP). Pós-doutora em Democracia e Direitos Humanos (Universidade de Coimbra). Professora e pesquisadora dos PPG e PPGD da Pontifícia Universidade Católica de SP.

Marcos Leite Garcia, doutor em Direito. Professor do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

Daize Fernanda Wagner, doutora em Direito. Professora no Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Direito da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

CONVIVALISMO: A ESCOLHA POR UMA HUMANIDADE MELHOR

CONVIVALISM: THE CHOICE FOR A BETTER HUMANITY

Mozart Leite de Oliveira Júnior ¹

Resumo

O presente artigo visa abordar os principais fundamentos do manifesto convivialista editado em 2013, que face cenário político-econômico mundial, dominado pelo capitalismo financeiro, no qual os homens se digladiam pela sucesso e riqueza individual fez com que a produção de bens e serviços fosse cada vez maior propiciando um consumo exacerbado de bens de luxo destinado a uma elite consumidora, em detrimento de grande parcela da população mundial, cada vez mais vulnerável, sem acesso a bens essenciais para assegurar uma vida digna. O manifesto se mantém atual, e aponta por meio da contribuição de vários cientistas, que um cenário diferente é possível. Um mundo mais cooperativo, e solidário no qual o coletivo se sobrepõe sobre indivíduo, onde o consumo é menos ostensivo, e o processo produtivo passa ser informado pela sustentabilidade, sem esgotamento dos recursos ambientais. Um horizonte com menos diferenças entre os indivíduos, e acesso dos mais vulneráveis aos bens da vida e uma realidade na qual os homens podem se opor entre si, mas sem se massacrarem.

Palavras-chave: Convivialismo, Cooperação, Solidariedade, Democracia, Capitalismo

Abstract/Resumen/Résumé

This article aims to address the main foundations of the convivialist manifesto published in 2013, which, in the face of a global political and economic scenario dominated by financial capitalism, in which men fight for success and individual wealth, has led to an ever-increasing production of goods and services, leading to an exacerbated consumption of luxury goods destined for a consumer elite, to the detriment of a large portion of the world's population, which is increasingly vulnerable and lacks access to essential goods to ensure a dignified life. The manifesto remains current and, through the contributions of several

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho visa, ainda que brevemente, apontar as algumas das principais ideias de alguns dos autores que nortearam a construção do livro “Manifesto Convivialista. Declaração de Independência” editado em 2013. Composto por vários artigos de autores franceses estrangeiros se busca analisar a relação do homem com natureza num cenário que se constata a escassez, cada vez mais presente de bens naturais, e derrocada de um modelo capitalista neoliberal instituído pós segunda guerra que nos últimos anos entrou em conflito com a própria noção de Estado de Bem-Estar, no qual também se analisa o ideal e a evolução e a noção de democracia.

Conforme apontado na própria introdução o que une esses autores são três certezas: 1) que é urgente destacar e explicar tudo o que une e não o que separa; 2) que já não podemos esperar basear o apoio à democracia em elevadas taxas de crescimento do PIB, que se tornaram improváveis ou prejudiciais; 3) que o principal desafio não é tanto imaginar soluções técnicas, económicas e ecológicas para a crise, mas sim desenvolver uma nova forma de pensar a política para além do liberalismo, do socialismo, do anarquismo e do comunismo. Trata-se, em suma, de reavivar a esperança para que ela possa alimentar a vontade.

No ponto central do trabalho está a arte de viver juntos valorizando a relação de cooperação e a possibilidade manifestar oposição sem se massacrar uns aos outros e ao mesmo tempo cuidando uns dos outros e da natureza. Há uma única humanidade comum com seres humanos diferentes.

Seres humanos cuja maior riqueza são as relações sociais, ao mesmo tempo em que se reconhece a individualidade de cada um, e as oposições entre os indivíduos, são realizadas sem colocar em perigo o ambiente comum, numa conflituosidade frutífera e não destrutiva. Para que isso ocorra é vital a luta contra corrupção e desigualdade num cenário em que a própria noção de democracia deve ser reanalisada.

Qualquer mudança na sociedade somente será possível por meio do envolvimento de todos, e inclusive daqueles integrantes dos estratos com poder de decisão. Assim, antes mesmo de qualquer imposição de uma regra jurídica olhar para outro com o reconhecimento das diferenças e necessidades de cada um em prol de um bem comum é o ponto de partida para um movimento convivialista.

Assim, pelo método estruturalista analisaremos as contribuições de alguns dos autores que nortearam a criação da obra, na construção de uma reflexão sobre a situação atual de degradação ambiental progressiva, o papel do homem como agente transformador a partir de uma nova mentalidade menos belicosa, mais cooperativa e mais atenta a necessidade de

mudanças, no plano econômico- social, na construção uma sociedade convivialista. A exposição se dará em três tópicos, primeiro de constatação da necessidade de mudanças, segunda parte onde serão indicados exemplos concretos, e na terceira e última parte os fundamentos que compõe a base do manifesto convivialista.

A NECESSIDADE DE UM MUNDO MELHOR A PARTIR DO MANIFESTO CONVIVALISTA.

Na atualidade, a sociedade mundial se depara com a chegada daquilo que outrora seria um futuro, a escassez dos recursos ambientais, o aquecimento global cada vez mais crescente, o aumento exacerbado do consumo de bens ou serviços por aqueles com capacidade econômica para adquirir mais, de mais produtos de luxo em contraste com a maior parcela da população mundial, sem condições de suprir as necessidades básicas. Tudo isso fez que a relação entre o homem e a natureza, e entre si, se tornasse uma relação bélica.

O manifesto convivialista tem por objetivo cessar esse *modus operandi*. Para isso VIVERET (2013, p.26) aponta a necessidade de uma resposta que enfrente as diferentes formas de males realizada pela captação de riqueza pelas oligarquias dominantes do capital financeiro, e construir aquilo que os Estados de economia social e solidária denominam de resistência criativa e transformadora. Para que isso ocorra é necessário, segundo o autor atender três requisitos: (1) de coerência dos desafios, como por exemplo, no caso da necessidade da desaceleração da produção e consumo, inclusive para frear o agravamento das mudanças climáticas; (2) regresso a moderação, diante da insustentabilidade ecológica do nosso modelo de produção; (3) uma exigência de justiça, para preservar ativos aos desfavorecidos em que pese o domínio neoliberal do capital financeiro. Será essencial ponderar: (1) as propostas da sociedade civil para concretizar amplas alianças; (2) a participação e compromisso; (3) reflexão sobre a relação dos meios econômicos e a noção de bem-estar mudando a forma que nos relacionamos com o dinheiro e a riqueza.

É preciso alertar que o movimento convivialista encontra dois limites: (1) não se busca um movimento hierárquico e centralizado; (2) tal movimento busca englobar várias iniciativas, valores e regras e na construção de ferramentas Comuns. No alicerce deste movimento está a alegria de viver como mecanismo para alcançar uma maior qualidade de vida, ao mesmo tempo em que se busca alterar a lógica da predação e captura de riqueza, dentro de uma conflitualidade não violenta. Na base de tudo está a necessidade urgente de uma mudança do modelo econômico com a finalidade de romper a lógica atual, que englobe uma visão de progresso sem renunciar ao bem-estar social e sem provocar a desestabilização do clima e a redução das desigualdades.

A humanidade soube realizar progresso técnico-científico nas mais diversas áreas do conhecimento, inclusive na saúde, como por exemplo as diversas Vacinas para imunização contra a Covid-19, apenas para citar a mais impactante e recente que foi prova viva da importância do quão positiva foi aprimoramento da ciência. Por outro lado, também somos testemunhas de que os cidadãos dos países mais vulneráveis tiveram dificuldades ou nem conseguiram ter acesso a vacina, vindo a perecer. Isto é prova viva da necessidade de uma mudança de comportamento da relação entre os homens e sua rivalidade entre si; como da relação entre o homem e a natureza, escassez cada vez mais evidente de bens e recursos naturais; e a relação do homem e o capitalismo financeiro atual que está na base do mote de produzir mais, para ganhar mais, para consumir mais, não importando as externalidades econômicas, sociais, com a perda de qualidade do meio ambiente em que vivemos. O manifesto é um caminho a se seguir nesse movimento de mudança de necessária do comportamento, mais cooperativo, com menos consumo, menos poluição de forma a frear este caminhar autodestrutivo.

Para que isso ocorra FRÉMAUX (2013, p31) é necessário romper com um modelo de consumo ostensivo. Na maior parte das vezes a produção atende apenas a um interesse de uma minoria abastada.

Numa sociedade convivalista a produção de bens deve atender a todos, inclusive daqueles com menor capacidade econômica. Todos devem poder valer a sua individualidade, mas para isso é necessário combater a desigualdade inclusive se compararmos a desigualdade entre países. Ressalta ainda FRÉMAUX (2013, p.34) que o projeto convivalista não se limita a uma mudança de técnica no modelo econômico, mas de um modelo de sociedade onde a liberdade e a igualdade se conjugam através da democracia, numa sociedade menos desigual e atenta às necessidades todos. Assim o manifesto convivalista continua sendo um projeto que busca priorizar a arte de viver junto, sem violência e em cooperação entre os homens e entre os homens e a natureza. A ação humana para revestir-se de legitimidade deve ser aquela que inspira um princípio comum de humanidade, de sociabilidade e de oposição ordenada e criadora, e não de destruição. Uma humanidade universal que não se distingue pela cor da pele, nacionalidade, religião, cultura, gênero, condição sexual ou classe social. Uma humanidade em que a maior riqueza seja as relações sociais.

Na mesma senda segundo PERRET (2013, p.37) reconhece necessidade de transformação das formas de produzir, consumir e viver que coloca diante de si um desafio de um modelo de crescimento que ao mesmo tempo seja ecológico, atenda a ciência, a tecnologia e a economia.

A necessidade de reduzir a produção de gases com efeito estufa está diretamente relacionada com a redução do consumo de energia responsável pela sua produção que contrasta com a finitude dos recursos naturais e com o aumento cada vez maior da produção, e a escassez de matéria prima, declínio da biodiversidade e morte dos oceanos. Essa ideia de transição ecológica pode ser representada através dos dois conceitos-chave da “economia verde”: a economia circular e a economia da funcionalidade. O que se pretende é fornecer soluções integradas para questões complexas, e não mais raciocinar em termos de produtos ou serviços.

A ideia de ter ou possuir está diretamente relacionada com o modelo e hegemonia de mercado e do individualismo, porém a redução dos fluxos materiais tornou-se uma necessidade premente que coloca também em discussão o conceito de propriedade. É preciso que nos livremos do reflexo que nos leva a nos tornarmos proprietário de um objeto técnico em resposta a um problema prático. Para se alcançar esse objetivo é necessária uma governança coletiva de bens comuns ambientais (clima, biodiversidade, oceanos) e o compartilhamento de informações e conteúdos culturais na Internet. E não somente isso. As condições políticas, aspectos culturais e espirituais para se avançar para um estilo de vida mais cooperativo, sem romper com o individualismo, o consumismo e a ideologia do “trabalhar mais para ganhar mais.

O Manifesto Convivialista nos traz uma oportunidade de compreender a gravidade da situação em que vivemos, sem nos pautar com arrogância. Uma oportunidade de nos vermos como uma única humanidade, uma humanidade em cooperação, unidos diante dos próprios desafios e riscos globais que ameaçam nossas vidas e as das gerações futuras, apesar das diferenças de raça, credo, classe social. Segundo PULCINI (2013, p.42) para que isso ocorra será necessário discutirmos a lógica aquisitiva da economia, os mitos do progresso, a questão ecológica, a salvaguarda do meio ambiente e a natureza que representam um problema crucial e de sobrevivência.

Assim para sair desse modelo econômico neoliberal é imperioso valorizar a cooperação permitindo a oposição sem massacrar uns aos outros, e cuidando uns dos outros e da natureza será necessário uma abordagem estratégica que fora discutida no Fórum social mundial de Tunís em março de 2013.

Segundo MASSIAH (2013, p. 47) esta estratégia consiste num primeiro momento pela adoção de os governos, sem se distanciar do capitalismo, tentaram se distanciar dos ditames do neoliberalismo. Num segundo momento definir uma estrutura mais global, com uma revisão essencial do sistema internacional com a formação alianças contra a financeirização neoliberal; colocar estas medidas numa perspectiva de transição social, ecológica, democrática e geopolítica. A necessidade de ruptura surge da crise estrutural do capitalismo da qual resulta o

esgotamento da financeirização neoliberal. Porém o esgotamento do neoliberalismo não significa necessariamente a superação do capitalismo.

Na Rio + 20, em junho de 2012, surgiram três horizontes: (1) o fortalecimento de outras formas de financeirização e sua extensão à Natureza. (2) um rearranjo do capitalismo (New Deal Verde) fundado sobre a regulação pública e modernização social; (3) uma separação/ruptura abrindo-se para uma transição ecológica, social e democrática com novas concepções, novas formas de produzir e consumir, como bens comuns e novas formas de propriedade, buen vivir e prosperidade sem crescimento, a reinvenção da democracia, das responsabilidades comuns e serviços públicos diferenciados, baseados em direitos e gratuitos.

A alterglobalização ou globalização alternativa aponta que outras políticas são possíveis. Para que isso ocorra os governos podem implementar políticas que se afastam da predominância absoluta do mercado mundial de capital e o ajustamento estrutural das empresas a este mercado. Há um giro de mudanças, que garanta liberdades individuais e coletivas; esforços de democracia participativa, uma política monetária pró-ativa; Para que isso ocorra é necessário uma transformação do sistema internacional em relação ao domínio neoliberal estabelecendo um sistema econômico baseado na regulação política pública multilateral. É necessário envolver-se com aspectos sociais, ecológicos e democrático que é definido nos fóruns sociais globais. É o direito do o acesso aos direitos para todos e da igualdade de direitos, do local ao global.

HUMBERT (2013, p. 63) aponta que o manifesto convivialita é uma investida intelectual coletiva com o objetivo de sair de uma crise interminável e sem saída. Para isso é necessário criar condições seguindo três proposições. (1) O manifesto é uma inovação epistemológica radical sincrética e multiversal, porque não pretende eliminar outras doutrinas, mas colher de cada uma o que tem de melhor ao mesmo tempo em que se reconhece a possibilidade de se adaptar a diversos lugares e maneiras. (2) A degradação ambiental e as desigualdades estão aumentando. Assim o manifesto identifica uma crise antropológica e pretende encontrar uma maneira de as pessoas se oporem sem se massacrarem. (3) O manifesto pretende um relançamento da humanidade, precisamos restabelecendo em nossa sociedade em um ideal que coloque a humanidade de volta sobre fundamentos sustentáveis e com isso avançar no campo da política e da ação cotidiana, elaborando medidas diferentes daquelas projetadas para uma política de crescimento infinito.

Um exemplo desta inovação em novos patamares é apontada por MARTINS (2013, p.75) com a Constituição Boliviana de 2009, na reconstrução do Estado através dos conceitos de “Pacha Mama” e “Buen Vivir” ressignificando a relação do homem com a terra, com a natureza, de tal forma a revalorizar natureza não como uma substância física, mas como uma

riqueza de uso e ritualização, como a fonte biológica da vida e da sobrevivência econômica e política das comunidades organizadas. Assim o sistema boliviano evoluiu de um estado monolítico para o pluralismo estatal e territorial. Já a noção de “Buen Vivir Viver Bem” revaloriza o bem-estar coletivo, não como uma ideia abstrata, mas como uma reação que busca promover a riqueza fora da lógica de acumulação, individualismo e etnocentrismo. A experiência boliviana se identifica assim com o movimento convivialista. É um exemplo que deve inspirar outras nações na possibilidade de reconstrução das relações do homem com a natureza e a preservação da identidade e experiências dos povos originários.

Ainda nesse tópico é a importante contribuição INSEL (2013,p.89) relativamente a transições democráticas intermináveis. Segundo o autor, pelo critério minimalista de democracia no qual se prevê a possibilidade de eleições livres e a previsão de direitos fundamentais, poucos países atendem efetivamente a estes dois critérios. Em grande parte, se tem regimes que não são nem uma ditadura nem democracia e as relações não estão sob a influência de violência física permanente nem livre da própria violência.

Esse exemplo é o da Turquia, que é apontado com um regime de transição ou híbrido, sendo denominado como pluralismo limitado, regime semi-autoritário, democracia delegada, autoritarismo competitivo. Coexistem instituições políticas democráticas com instituições que violam os princípios democracia. Os direitos e liberdades fundamentais não estão solidamente instituídas, e quem desafia tal sistema qualquer pode desencadear pelo poder instituído violência jurídica inclusive a violência judicial pela criminalização de qualquer ação contra tal regime qualquer litígio. Em que pese a existência de eleições livres, isso acaba por conferir legitimidade ao regime para justificar “democraticamente” os abusos permanentes de autoridade e uma vontade violar o princípio da separação de poderes em nome de “vontade nacional”. As demandas por uma sociedade plural e o desejo de eliminar a violência na sociedade como na política estão no consciente da população turca, porém o caminho até lá não está livre de obstáculos e desafios.

Recentemente a imprensa mundial relatou a recente prisão de Ekrem Imamoglu, Prefeito de Istambul, quando ainda se aguarda julgamento definitivo sob a acusação de corrupção, apontado como único candidato apto a vencer o atual presidente Erdogan que permanece desde 2003 no poder. Com tempo e o transcorrer dos fatos e julgamento poderemos inferir se o caso trata-se de mais um caso de corrupção ou de uma violência jurídica contra quem ameaça quem está no poder.

A volta da direita, e extrema direita ao poder em alguns países, nos Estados Unidos e Itália, de centro direita na Alemanha colocou o mundo em alerta. No mesmo dia em que a

Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von Der Leyen anunciou incentivos para carros elétricos na Europa, e assim diminuir a emissão de gás com efeito estufa, os Estados Unidos anunciaram a saída do Acordo de Paris, bem como a expulsão de vários imigrantes, alguns inclusive com greencard, e com filhos nascidos nos Estados Unidos, o que em tese daria direito de permanência naquele país. A guerra entre Rússia e Ucrânia, e o conflito interminável entre Israel e os Palestinos, em face dos ataques do Hamas, provocando um genocídio em Gaza apenas para citar alguns exemplos, denotam atualidade do manifesto convivialista e a necessidade mais que urgente de se estabelecer a paz, e o diálogo entre os homens de forma que possam manifestar suas oposições, sem se massacrarem.

B) VIABILIDADE DE CONCREÇÃO DO MANIFESTO CONVIVALISTA

Neste segundo tópico abordaremos os exemplos concretos e o modo pelo qual poderemos chegar a um modelo convivialista.

LECOMTE (2013, p.89) defende que o homem está predisposto ao bem e que a busca pelas riquezas materiais se deu em decorrência da necessidade de reconhecimento. Os valores e atitudes como confiança, empatia, respeito, cooperação tem impacto nas relações interpessoais, e alcançará uma forma mais ampla na vida social, do qual são exemplos a aprendizagem cooperativa, justiça restaurativa, e organizações positivas.

A aprendizagem cooperativa é uma estratégia de ensino e aprendizagem que consiste em fazer os alunos trabalharem juntos em pequenos grupos. Os esforços de cada um são essenciais enquanto modos interação e comunicação. Os e os alunos mais experientes são incentivados a ajudar os menos experientes tornando mais eficaz esse modelo cooperativo ao invés de um modelo competitivo.

Outra estratégia que direciona ao convivialismo é a justiça restaurativa. Ela busca de forma diferente da justiça penal clássica maior empatia do agressor com a vítima. Enquanto a justiça penal clássica, em tese, quanto maior a pena maior será o receio do agressor de ser condenado novamente, na justiça restaurativa, foca-se nas necessidades da vítima e na responsabilidade de o agressor para reparar o dano causado, e quanto maior empatia do agressor com a vítima, mais ele será desestimulado a cometer novos crimes. Por meio dela se tem obtido a redução das reincidências.

A terceira hipótese são as Organizações Positivas. Por meio dela cria-se um clima positivo nas organizações com maior satisfação e bem-estar dos funcionários e maior confiança para com o líder e com a própria organização. Busca-se mais cooperação e menos competição. O papel do Estado neste tipo de organização será impor restrições para limitar os impulsos

egoístas e violentos de cada pessoa e ao mesmo tempo criar as condições que facilitam a expressão dessas tendências espontâneas para o bem.

ALPHANDÉRY (2013, p.115) vai referir um outro vetor para o convivialismo, a economia social e solidária. As ditas sociedades desenvolvidas baseiam-se numa economia de mercado que implantou uma ideologia competitiva que leva ao delírio do crescimento na busca de lucros exorbitantes que alimentam o capital financeiro. Por outro lado, em linha diversa encontramos as organizações encontradas no meio social fundadas numa economia social unida que buscam respeitar a humanidade, o meio ambiente, sustentabilidade e melhores condições de vida. Buscam resistir aos desequilíbrios e a injustiça social por meio de uma visão que vai além do crescimento do PIB e da onipotência do capital financeiro rompendo com a ideologia produtivista. Exemplo destas atividades sociais são encontrados na reciclagem, na agricultura orgânica, na economia circular, na economia digital, ecobairros que se incluem nas inovações socioeconômicas, intimamente ligadas às iniciativas de economia social e solidária

Segundo LAVILLE (2013,p117) o termo convivialismo aponta a necessidade de uma nova ordem econômica e a necessidade de pertencer à uma comunidade humana global. Para alcançarmos será inevitável enfrentar lutas sociais que virão. Três pontos-chave são encarados: o novo os status conferido ao crescimento, a redistribuição pública e a sociedade civil.

O crescimento não pode ser considerado como condição para sair da crise, nem um processo sem fim. Visto como um dogma ele tolera desigualdade sociais, destruição ambiental e desamparo ao cidadão. A medição do crescimento em termos que quantidade deve dar lugar a objetivos qualidade, de vida, meio ambiente, serviços relacionais como educação, saúde e serviços. Trata-se de enriquecer menos e proporcionar mais empregos.

A redistribuição pública que insere a solidariedade no crescimento. O modelo atual de crescimento tolera desigualdades sociais e destruição ambiental. É necessário estabelecer limites ao mercado abrindo o caminho para uma nova desmercantilização, para preservar existências individuais e coletivas, prevenir o consumismo generalizado e exacerbado que empobrece o intercâmbio social e mantém o individualismo negativo. Se numa economia de mercado o Estado se retira para não interferir na economia, neste novo modelo, tem-se o retorno do Estado para remediar os defeitos, provocados pela economia de mercado com a legitimação do serviço público com a introdução de oportunidades de participação e deliberação para funcionários e usuários.

No terceiro tópico temos a renovação da ação pública numa nova aliança entre poderes públicos e a sociedade civil, com objetivo de neutralizar os excessos do capital. Isso demanda não confinar a sociedade civil a ações paliativas e não reduzi-la a uma esfera de necessidades.

A ação pública adquire novos contornos abrangendo de forma mais ampla toda a atividade articulada, num mesmo espaço público, destinada ao bem comum.

As relações entre a sociedade civil e os poderes públicos moldam, portanto, outro contorno da ação pública, não limitado a atividade das autoridades públicas, mas abrangendo “de forma mais ampla todos atividade articulada em um espaço público e exigindo uma referência a um bem comum”. Nesta orientação, uma nova geração de ação pública pode ser iniciada em um conjunto de atividades desmercantilizadas onde as iniciativas cidadãs não compensa o desligamento público. A economia de mercado deve ser substituída pela economia solidária ressignificando a tensa relação entre capitalismo e democracia. Numa retomada de crescimento aliada a redistribuição pública.

Não poderíamos deixar de referir a contribuição de GENDRAU (2013, p. 303) que aponta que num mundo complexo a proposta convivialista é o direito de sonhar. Sonhar com um mundo diferente e melhor; porque sem sonhos, ou sem desejos não conseguiremos dar formas concretas aos nossos ideais sociais e democráticos para alcançarmos um mundo melhor. Se os sonhos que estão na base da nossa imaginação é possível dar o primeiro passo para uma mudança para uma sociedade mais convivial.

Assim, o manifesto convivialista deve permitir a ruptura com o modelo atual e estabelecer novas condições de transições que se traduzem em práticas democráticas e com isso contribuir para reduzir esta lacuna dramática entre as iniciativas cidadãs e as políticas públicas embasada num modelo socioeconómico ancorado na realidade diária.

C) O ALICERCE PARA CONSTRUÇÃO DO CONVIVALISMO

Neste terceiro tópico analisaremos os fundamentos para construção do convivialismo. Nele está claro a necessidade de uma mudança de comportamento, colocando a ação do indivíduo num âmbito maior, do meio social.

FLAHAULT (2013, p.221) parte do pressuposto que é ilusório pensar que o bem de cada indivíduo pode se realizar independentemente da vida social. A organização social tem por objetivo a que todos os cidadãos, tenham um lugar entre os demais. A vida social não responde apenas a uma “utilidade”, é um fim em si mesmo. A organização social visa, por meio de um conjunto de meios, que cada cidadão tenha um lugar entre os demais com objetivo de garantir-lhes acesso aos bens culturais para que disfrutem da vida social.

Não se trata de aniquilar o indivíduo e suas vontades, ou afastar o desejo individual de bem-estar. Mas que o bem estar, ou a concretização de vontades num ambiente convivial somente ocorrerá se as mesmas oportunidades foram concedidas a todos que integral o meio.

A concepção ocidental narcisista já ultrapassada colocava o ser humano no centro das preocupações de forma que o indivíduo precedia a sociedade. Ocorre que o primeiro bem a que todo o ser humano acessa é a própria existência enquanto pessoa, que lhe é dado pelos pais e pelo próprio meio social e desta maneira o sentimento de existir funde-se com o bem comum vivido. Todas as instituições e atividades econômicas e os bens coletivos existem para garantir que esse recém-nascido cresça e se desenvolva. A confiança enquanto bem coletivo é ingrediente essencial em qualquer convívio social na busca do bem estar.

Toda as interações humanas no meio social são mediadas por representações e práticas comuns, materiais ou imateriais, que integram a cultura de cada povo, cada lugar. Assim sociologia e economia fazem parte da cultura, e ela existe porque existe sociedade e não por causa do indivíduo considerado singularmente. As externalidades, as falhas de mercado, coesão social e ambiente são realidades importantes, porém, conceitos secundários. O que deve estar no centro da preocupação são os bens comuns e coletivos que integram a base da filosofia social que integra a base do manifesto convivialista.

O próprio conceito de democracia enquanto bem coletivo somente tem lugar para o bom e adequado funcionamento da sociedade. FISTETTI (2013, p. 226) diante das transformações globais e dos desafios que se põem a nossa frente propõe reativar o ideal democrático, porém em patamar diverso.

O ideal de democracia após a Segunda Guerra Mundial, como reação inclusive ao fascismo e nazismo foi construído aliado com o Estado de Bem-Estar, com a promessa de enriquecimento material “ininterrupta para si e para os filhos” e uma mudança de suas condições sociais marcadas pela prosperidade. Ocorre que esse modelo de crescimento econômico dentro de uma Estado social se estagnou, ao mesmo tempo que se constatou a hipertrofia dos mercados financeiros com contornos de capitalismo especulativo, colocou em xeque esse ideal democrático. Embora o consumo seja um dos indicadores econômico, quanto maior a vulnerabilidade econômica dos mais pobres, menor o consumo, que se voltará para os gêneros essenciais, deixando apenas ao mais ricos consumirem produtos de maior valor agregado. O Estado, por meio de programas de renda mínima, passa a prover as necessidades daqueles que mais dele necessitam, sem que isso se reverta necessariamente e maior lucro ao capital financeiro.

Até mesmo a forma partidária que conhecemos desde então implodiu, em razão do distanciamento entre o ideal democrático e o mito do crescimento a serviço do enriquecimento individual. Os partidos passaram a ser instrumentos para se chegar ao poder, nele permanecer, para implantar a os objetivos de determinadas classes dominantes. A discussão de ideias

políticas foi substituída pela pretensão de algum favorecimento, seja da classe dos empresários, dos ruralistas, dos religiosos, dos trabalhadores, de extrema direita ou esquerda, esquecendo-se dos cidadãos, que somente são lembrados na época das eleições.

A pergunta que se faz é: como reativar esse ideal democrático diante das transformações ocorridas, esgotamento dos bens ambientais, aquecimento global, novas guerras, pobreza e falta de acesso a bens coletivos? Entramos numa fase pós-democrática de uma sociedade hipermoderna. Este novo modelo de liberalismo econômico rompeu com a democracia com a qual coexistiu durante um longo período. Diante desse rompimento do modelo de economia de produção, e acumulação liberal, que se acirrou com a economia mundial globalizada se voltou contra esse ideal de democracia que está na base da vida social, do Estado providência. O ideal de democracia dentro deste cenário se limitou a um único momento, a escolha pelos eleitores de seus representantes. Até mesmo as funções dos poderes legislativos e o controle do Parlamento dentro deste cenário pós-democrático também são reduzidas.

Para restabelecer o conceito de democracia o primeiro passo é nos afastar da concepção de individualismo em seus aspectos negativos como consumismo e hedonismo, que ao longo da história da modernidade, acabou assimilando a emancipação à transgressão permanente sem limites, dando origem a esse sujeito mimético que é o Homo Oeconomicus voltado para aquisição de riqueza e poder e, portanto, meio de legitimar a tendência à ilimitação, em prol de um indivíduo inserido no meio social, que se reconhece vulnerável e depende do cuidado do outro, numa rede de reciprocidade que englobam a sociedade civil e as instituições jurídico-políticas. Nesse modelo o partido político continua a existir, porém integra uma rede complexa e associativa diferenciada, que encontra na esfera pública ampliada o meio comunicação e discussão recíprocas.

Nessa nova compreensão a democracia passa a se reconhecer como uma unidade comum, não mais identificada com a acumulação infinita de bens de consumo material e capital simbólico, mas o de a “multiplicação de possibilidades de ação, de liberdade efetiva, e, portanto, do reconhecimento oferecido ao ser humano”.

Se antes pensávamos que Democracia e Mercado estavam de mãos dadas, esse novo modelo propõe prosperidade, sem crescimento, uma vez que as condições para o crescimento ilimitado se esgotaram e nos encontramos diante de uma estagnação econômica. Para que cheguemos a esse patamar devemos adotar medidas retributivas, com vistas a promover um sistema legislativo que promove a igualdade de acesso e condições dignas a todos que se encontram no meio social tornando o sistema economicamente e socialmente dinâmico e progressista.

Essa redefinição de um ideal democrático deve ser capaz de reinscrever o indivíduo num projeto de civilização, abrindo-se a novas culturas e saberes e redescobrimdo o ser humano pelo simples fato de existir, por seus dons em relação aos outros seres humanos e não em face de objetos e produtos. Para chegarmos a tal modelo devemos combinar a mesma necessidade de bem-estar que sempre esteve presente, porém num contexto de preservação dos bens comuns, do meio ambiente.

Na construção desse modelo democrático convivialista continuará presente a tensão entre a capitalismo e democracia. Muitas das questões que hoje criticamos surgiram de motivações que originalmente eram democráticas, como o próprio desejo ao bem estar, melhores condições de vida, incluindo-se o desejo de aumento do nível de consumo. O cenário atual é marcado pela ruptura entre o Estado-nação e a democracia em razão da impossibilidade de autolimitação do capitalismo que levou a financeirização da economia e a mercantilização de todas as esferas da vida, que acabou por provocar outro conflito entre as elites financeiras, que sempre se beneficiou dos acordos entre mercado e democracia em detrimento dos demais estratos sociais.

Para que não reprisemos o modelo anterior esse “novo” modelo democrático é essencial que o capitalismo se submeta a uma lei ético-política, ou como afirma Fistetti (2013, p. 245) a uma cláusula antisacrifício integrando na comunidade democrática a comunidade internacional e os excluídos, ao mesmo tempo em que se restringe o poder dos mais ricos em benefício dos mais vulneráveis.

LAZZARI (2013, p. 247) observa a partir da análise da crise econômico, social e ecológico, que alguns conflitos segundo a tese convivialista não são elimináveis em qualquer sociedade. Aponta o autor que o desejo de cada ser humano ser reconhecido em sua singularidade, conseqüentemente gera-se rivalidade diante dos demais, ao mesmo tempo que se aspira cooperação e concordância. O homem *œconomicus*, é um ser com necessidades que visa acumular riquezas, e ao longo destes últimos 30 anos potencializou-se a ilimitação deste tipo de conflito.

Não menos importante tem-se a própria percepção da crise econômica que não está atrelada tão somente na economização indevida das atividades sociais, mas principalmente associada a desregulamentação do início da década de 1980, e a desconstrução de todos os parâmetros constituintes do modelo fordista do período pós-guerra culminando com a radicalização do liberalismo. Para superar estes problemas será necessário contrabalançar o poder da esfera econômica, não apenas com o estatuto liminar moral, mas com a promoção de

políticas públicas desta ou aquela esfera social, destacando-se as performances que não sejam econômicas, tornando grupos sociais e minorias étnicas visíveis.

A corrupção como medida liminar moral deve ser combatida também acompanhada por meio de aumento de salários e valorização do trabalho, uma vez que a insegurança laboral e salários baixos tornam funcionários propensos a práticas corruptas. Outra forma de incentivo é promover a mobilização social por meio de um compromisso ativo para informar, apoiar, os movimentos e organizações sociais cujos objetivos e práticas convergem com objetivos convivialista.

Além destas e não menos importante algumas medidas de políticas públicas como programas de renda básica para retirar os vulneráveis da extrema pobreza além da conjunção de compromissos entre bens e interesses privados e comuns coletivos e públicos na promoção de movimentos associativos, acesso digital gratuito e proteção dos consumidores além de acordos objetivos ecológicos como a autolimitação do consumo predatório, da redução das emissões de CO₂, aumento da proteção dos animais, desmatamento.

Toda e qualquer proteção ou benefício social conferido pelo Estado concedido a quem dele necessita, como programa de renda pública, demanda de financiamento ou aporte de recursos públicos. O Estado não é produtor de riqueza, sendo essencial a atividade econômica, e conseqüentemente é necessário a prosperidade para que haja captação de recursos no setor privado. Assim, um crescimento com restrições no mercado, sem aniquilamento dos mais vulneráveis, bem como a existência de mecanismos contra os excessos especulativos da economia financeira, apontada como a principal causa da crise do capitalismo contemporâneo, pode ser um caminho para se chegar ao equilíbrio.

FOURQUET (2013, p. 259) ao abordar o convivialismo mundial apontou como elemento essencial a paz entre as nações. O próprio autor aponta que a constituição do Tratado CECA em 1951, que criou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço foi o primeiro passo para sedimentação definitiva da paz no pós-guerra.

O objetivo do tratado CECA de fato era gerir o mercado comum do carvão e do aço de forma a garantir uma melhor qualidade do nível de vida dos europeus. Mas não só isso. Também tinha por objetivo a integração da Europa colocando no mesmo lado Bélgica, Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e os Países Baixos. Alemanha situada no mesmo lado que França, e não antagonica, dentro de um mesmo objetivo de criação de um mercado comum e de expansão econômica; ao mesmo tempo em que se tinha o controle de fluxo da matéria prima, carvão e aço, essenciais para fabricação de armas e deflagrar qualquer conflito. E foi assim que a Europa conseguiu dar início a paz duradoura.

Dentro de um projeto convivialista é essencial que a paz mundial seja selada entre todos as nações que se encontram em conflito real ou latente. É necessário a paz entre Israel e os Palestinos na faixa de Gaza; entre a França e a Argélia, e podemos ainda acrescentar entre a Rússia e a Ucrânia, entre a Venezuela e a Guiana relativamente ao controle de um território sul-americano.

O desejo de paz não é recente na humanidade. Sempre esteve entre os governantes do velho continente europeu do século ao longo dos séculos, que a cada conflito entre um e outro país, terminava-se o com tratado paz ou casamento entre descendentes dos monarcas dos países envolvidos. No século XX a Europa vivenciou as duas grandes guerras. O fim da primeira firmado pelo Tratado de Paz de Versalhes acabou por impor condições de submissão ao Estado Alemão extremamente rígidos, contribuindo para uma crise econômica e política, terreno que se tornou fértil para o Nacionalismo Alemão, um dos pontos-chave para o nazismo.

A Liga das Nações e depois com a Organização das Nações Unidas em 1945 e, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do homem entramos em outro patamar, na busca pela paz mundial, embora a tão almejada paz ainda esteja longe de acontecer em todos os continentes. Falta considerar o mundo, nas palavras de FOURQUET (2013, p.261), como uma cidade global e enxergar os outros povos como concidadãos e irmãos na humanidade e não como concorrentes.

Por fim, quanto ao manifesto convivialista CAILLÉ (2013, p.302) vai referir que o manifesto não se trata de um partido político e muito menos de uma sociedade formalmente constituída, mas de um grupo de teóricos comprometidos por um trabalho teórico que impulse mudanças. Para isso o autor, analisando a realidade francesa indica três pontos.

O primeiro ponto é transformar a democracia mais democrática. Diante do abismo entre governantes e governos é necessário desprofissionalizar a política, bem como torná-lo efetivamente acessível aos cidadãos comuns, por meio de participação direta dos cidadãos. Exemplo desse tipo são a experiência dos conselhos de bairro. E mesmo nesse exemplo os conceitos empregados em determinado estudo de bairro devem ser acessíveis aos participantes, de modo que se efetive o acesso democrático pela compreensão dos seus participantes daquilo que foi projetado pelos especialistas.

O segundo ponto é a necessidade de restaurar a confiança dos liderados em relação aos seus líderes diante de um cenário de declínio que atinge toda a Europa e não somente a França. No centro dessa relação está o sistema educacional francês com grandes escolas e renomadas universidades, hiperselativas que produzem hiper especialistas, seguindo uma escala de progressão gradual, se descuidando muitas vezes se afastando da realidade social repleta de

elementos culturais. A restauração da confiança será possível com a implementação de uma aprendizagem que afaste do números objetivos de cada vez mais especialistas, segmentados, por um aprendizagem mais cooperativa. Da mesma forma que justiça redistribuiva, como comprova os dados empíricos, diminui a reincidência.

Por último o autor aponta a necessidade de reformar a economia e superar o desemprego. Não existe uma receita milagrosa de convívio neste ponto, mas um dos pontos para dar início é propiciar o debate pela economia social e solidária e todas as propostas relativas à transição energética ou reterritorialização da atividade econômica. Para diminuir o desemprego, por sua vez será necessário tanto a redução da jornada de trabalho, ou ao menos repensar um política de tempo, como também a rediscussão do estatuto da empresa e de uma sociedade menos desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futuro chegou com a promessa de bem-estar, aumentando a possibilidade de consumo. Porém a atividade econômica que se desenvolveu na base desse modelo provocou a escassez dos recursos ambientais, o aquecimento global. Diante dessa realidade é necessária uma mudança de comportamento, que ocorrerá a partir de uma reflexão sobre os valores seja conclamando a todos a uma desaceleração da produção ou consumo; seja observando o uso dos recursos naturais com sustentabilidade e ainda um reclame de justiça social a fim de que todos, e não apenas parte de uma população tenha acesso aos bens vitais para uma vida digna.

O manifesto convivialista continua sendo uma oportunidade para compreender a gravidade da situação em que vivemos, e movermos de forma diversa para obter um resultado diverso do que vivenciamos. Mas para que isso ocorra é necessário romper com o modelo de produção e consumo ostensivo, e um modelo de crescimento que também seja também sustentável, acompanhado de uma mudança social permeada pela liberdade e igualdade material, avançando para um modelo de sociedade mais cooperativo.

É impensável de os governos gerirem a econômica se afastando do capitalismo, mas é possível romper com a financeirização neoliberal através do rearranjo do capitalismo com o new deal verde e realizarmos uma transição ecológica, social e democrática com novas formas de produzir e consumir e de relacionar com a natureza e tudo isso deve refletir-se numa democracia onde direitos e liberdades sejam observadas, assim como o acesso a bens.

Vários são os vetores para concretizar o projeto convivialista. Dentre os abordados tem-se a aprendizagem cooperativa, a justiça cooperativa e as organizações positivas acompanhadas de um modelo de economia social e solidária, que vão se traduzir numa nova ordem econômica.

Nessa nova ordem econômica o crescimento adquire um novo status, sem a destruição ambiental e com amparo ao cidadão. O crescimento passa a ser medido pela qualidade de vida preservação dos bens ambientais e serviços relacionais ao cidadão como amparo a saúde, educação e programas de distribuição de renda aos mais vulneráveis, incluindo a solidariedade no processo de crescimento e na medida do possível neutralizar os excessos do capital.

Mas isso somente será possível se a preocupação com o indivíduo der lugar a preocupação com o coletivo. Mas o conceito democracia construído a partir do pós-guerra também deve ser reavaliado. Tal modelo democrático embora tivesse o objetivo de norte a seguir pelos países em combate ao Nazismo e facismo, acabou por ser o terreno fértil ao modelo capitalismo financeiro que se desenvolveu desde então que acirrou as diferenças sociais, com uma elite consumidora de produtos de luxo e uma imensa gama de pessoas em vulnerabilidade que mal tem acesso aos bens e serviços necessários a uma vida digna, além de ter levado ao esgotamento dos bens ambientais. Nesse novo modelo de democracia deve ser possível o prosperidade sem crescimento, reinscrevendo o indivíduo no projeto de civilização abrindo-se a novas culturas e saberes e redescobrimo o ser humano pelo simples fato de existir, por seus dons em relação aos outros seres humanos. Mas nada disso é possível sem que paz mundial seja selada, paz entre Israel e os Palestinos; entre a Rússia e a Ucrânia, entre a Venezuela e a Guiana, entre todos os deslocados, sejam ambientais, ou refugiados de guerra. A ideia central deve ocorrer dentro de um cenário de cooperação, como cooperação econômica, da qual é exemplo Tratado CECA que criou a comunidade econômica do carvão e do aço, com a finalidade de controlar o aço, e o carvão que eram os ingredientes vitais para eclosão de qualquer conflito armado.

Diante do cenário atual na qual a geopolítica internacional aponta um retrocesso, numa guerra comercial, esquecendo-se do ser humano como um ser de necessidade básicas que devem ser dupridas, como um ser que precisa de proteção contra os mais fortes, o manifesto convivialista se mostra atual e deve servir de inspiração para que uma nova mudança de pensamento ocorra se transforme em iniciativas concretas de mudança para uma realidade mais fraternal, onde todos tenham acesso aos bens necessários para uma vida digna, num necessário de cooperação. De forma que cada ser humano possa concretamente manifestar sua posição sem se massacrar uns aos outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPHANDÉRY, Claude. L'Economie Sociale et Solidaire, Vecteur du Convivialisme. In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du Convivialisme Comme Volonté Et Comme Esperance. p. 115-116. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 19 set. 2024.

CAILLÉ, Alain. Fragment D'une Politique Convivialiste (Por La France) In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du Convivialisme Comme Volonté Et Comme Esperance. p. 32-38. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 25 dez. 2024.

FISTETTI, Francesco. Du Mythe De La Croissance À L'Homo Convivialis. In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du Convivialisme Comme Volonté Et Comme Esperance. p. 226-246. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 20 set. 2024.

FLAHAUT, François. La Vie Sociale Comme Fin En Soi. Contribution Théorique Au Convivialisme. In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du Convivialisme Comme Volonté Et Comme Esperance. p. 221-225. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 20 set. 2024.

FOURQUET, François. Un Convivialisme Mondial. In: In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du Convivialisme Comme Volonté Et Comme Esperance. p.258-261. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 20 set. 2024.

FRÉMAUX, Philippe. Le Lutte Contre Les Inégalité, Um Objectif Et Une Méthode. In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du convivialisme comme volonté et comme esperance. p.31-34. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 9 set. 2024.

GENDRAU, Création de Formes C. Inconvivialistes. MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du convivialisme comme volonté et comme esperance. p.213-215. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 9 set. 2024.

INSEL, Ahmet. Des "Transition Démocratiques" Interminables. In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du Convivialisme Comme Volonté Et Comme Esperance. p. 89-98. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 15 set. 2024.

LAVILLE, Jean-Louis. Convivialisme, Luttés Sociales Et Économie Solidaire. In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du Convivialisme Comme Volonté Et Comme Esperance. p. 117-126. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 19 set. 2024.

LAZZERI, Christian. Quelques Remarques Sur Le Manifeste Convivialiste. In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du Convivialisme Comme Volonté Et Comme Esperance. p. 247-252. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 20 set. 2024.

LECOMTE, Jaques. Le Convivialisme Existe, Je l'Ai Recontré. In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du Convivialisme Comme Volonté Et Comme Esperance. p. 99-114. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 16 set. 2024.

HUMBERT, Marc. Une indispensable Offensive Intellectuelle Collective: In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du Convivialisme Comme Volonté Et Comme Esperance. p.63-74. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 12 set. 2024

MARTINS, Paulo Henrique. La Nature Symbolique et les Usages politiques du “ Bien Vivre”. In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du Convivialisme Comme Volonté Et Comme Esperance. p.75-87. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 12 set. 2024.

MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du Convivialisme Comme Volonté Et Comme Esperance. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 8 set. 2024.

MASSIAH, Gus. Pour Une Démarche Convivialiste. Sortir du Néolibéralisme. In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du Convivialisme Comme Volonté Et Comme Esperance. p. 47-61. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 12 set. 2024.

PERRET, Bernard. Transition Écologique Ou Choc De La Finitude, In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du convivialisme comme volonté et comme esperance. p.35-40. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 10 set. 2024.

PULCINI, Elena. Care Et Convivialisme. Um Commentaire Du Manifeste Convivialiste. In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du Convivialisme Comme Volonté Et Comme Esperance. p. 41 -43. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em: 10 set. 2024.

VIVERET, Patrick. Les Tâches D’un Mouvement Convivialiste. In: MAUSS, Revue du. 2014/1 (n° 43). Du convivialisme comme volonté et comme esperance. p.25-30. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.htm>. Acesso em 9 set. 2024.